ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA Ε CIÊNCIAS **FACULDADE** DE FILOSOFIA. **LETRAS HUMANAS** DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2015. Presidência: Professor Doutor Sérgio França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Ao nono dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião da Congregação, em terceira convocação. **COMPARECIMENTOS**: Professores, Alunos e Funcionários: Sérgio França Adorno de Abreu, João Roberto Gomes de Faria, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Alvaro de Vita, Roberto Bolzani Filho, Antonio Carlos Colângelo, Osvaldo Luis Angel Coggiolla, Maria Cristina Atman, Marli Quadros Leite, Reginaldo Gomes de Araújo, Brasilio João Sallum Junior, Fábio Rigatto de Souza Andrade, Ana Paula Magalhães Tacconi, Paola Giustina Baccin, Zilda Márcia Gricoli lokói, Elizabeth Harkot de La Taille, Hélio de Seixas, Paulo Roberto Arruda de Menezes, Elisabetta Rita Maria Carmela Santoro, Glória da Anunciação Alves, Adma Fadul Muhana, Adrián Pablo Fanjul, Shirlei Lica Ichisato Hashimoto, Valéria de Marcos, Yuri Tavares Rocha, Giovanna Mara Mendonça Usai, Patrícia Sayuri Tanabe Galvão, Matheus Barbosa Rodrigues, Guilherme Akira Nishio. Como assessores atuaram: Rosângela Duarte Vicente (ATAC), Eliana Bento da Silva Amatuzzi de Barros (SCS), Augusto Santiago (STI). **JUSTIFICATIVAS**: Justificaram ausência os seguintes membros: Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Marcos Francisco Napolitano de Eugênio, Helmut Galle, Bruno Vera Piedrabuena, Laura Izarra, Jackeline. **EXPEDIENTE**: 1. O Senhor Presidente solicitou a inclusão de pauta da Designação de Comissão da Congregação para propor critérios objetivos e de mérito para a distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da FFLCH, em atendimento ao item 3 das Diretrizes Gerais para distribuição de cargos de Professor Titular. A comissão deverá propor critérios, enviar aos departamentos para manifestação. Os critérios sugeridos serão apreciados na Congregação de 21.05.2015. Prazo prorrogado para entrega na Secretaria Geral: 22.05.2015. Após votação, o item acima foi APROVADO, entrando na pauta da presente reunião. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Esse assunto já é do pleno conhecimento, já foi distribuído aos departamentos, ocorre que alguns anos atrás este assunto foi tratado pela faculdade, foi constituída uma Comissão esta preparou um documento estabelecendo os critérios de alocação entre nós, agora nos é solicitado novamente, e precisaremos

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

recompor esta Comissão, que precisaria reler o documento anterior e verificar se nosso documento é suficiente para atender esta demanda atual, se é necessário produzir alguma modificação, aperfeiçoar os critérios. Fiz algumas consultas informais sem prejuízo de indicações que possam aparecer aqui, com o intuito de abreviar a decisão, conversei com a Profa. Cristina Altman, Chefe do DL, se mostrou disponível, se esta Congregação estiver de acordo, Prof. Brasilio Sallum, representando o prédio do meio, e o Prof. Yuri, da Geografia e precisaríamos uma indicação de um professor da História. Então a proposta seria a Profa. Altman, do DL, Prof. Brasilio Sallum, pela área de Ciências Sociais e Filosofia, Prof. Yuri Tavares, do DG, e o Prof. Coggiola, do DH, para secretariar a Comissão a Sra. Rosângela, Assistente Acadêmica e Hilton, Chefe da Seção de Alunos e Suplente. Após votação, a recomposição acima foi APROVADA. 2. O Senhor Presidente comunicou a pauta referente às formas de deliberação das alterações estatutárias, em exame da reunião extraordinária do Conselho Universitário de 14/04/2015. Sendo as três modalidades de votação: a) o Conselho Universitário; ou b) A Assembleia Universitária constituída, segundo artigo 36, item V do Estatuto da USP, pelo Conselho Universitário, pelos Conselhos Centrais, pelas Congregações das Unidades e pelos Conselhos Deliberativos dos Museus e dos Institutos Especializados; ou c) Um colegiado estatuinte específico para essa reestruturação. Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Antes de iniciar gostaria de destacar o seguinte: o nosso universo de votantes é hoje da ordem de treze mil, oitocentos e vinte e oito, considerando os alunos de graduação, pós-graduação, funcionários, os docentes aposentados, os docentes ativos. Deste total compareceram para votação setecentos e quarenta e três, ou seja, 5,37% votou, isso representa 3,47% dos alunos da graduação, 4,5% dos alunos da pós-graduação, 18,34% dos funcionários, 43,18% dos docentes e 2,38% dos docentes aposentados. O que chamou atenção é que dos 5,37% de eleitores, ou seja, que compareceram para votar, 3,91% foram votos em branco, gostaria de abrir esta discussão, ouvir argumentos e depois se todo mundo achar que estamos em condições passamos então para votação.". Com a palavra, Guilherme Akira Nishio, disse: "É importante colocar a porcentagem em cada uma das três opções, juntando as três categorias, houve para proposta c) cerca de 75% dos votos, ponto importante para colocar na nossa análise.". Com a palavra, o Prof. Dr. Brasilio João Sallum Junior, disse: "O resultado da consulta, pequeno número de votantes, revela um pouco o estado de espírito da Universidade, de fato acho que está com

34

35

36

37

38 39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

pouco impulso para mobilização inclusive para questões tão sérias quanto esta da reforma do estatuto. Eu tenho a impressão que as tentativas que nós fizemos, e estamos fazendo neste último ano de promover a participação de professores, alunos e funcionários, tem sido uma tentativa muito frustrada, porque as discussões estão muito esvaziadas, são discutidas muito vagamente, e suspeito que do jeito que as coisas se encaminham nós vamos eventualmente mudar algumas coisas do estatuto pelo próprio Conselho Universitário sem que nós possamos ter uma real intervenção no processo de reforma. Eu creio que um processo qualquer de reforma, como foi, aliás, a Reforma Constitucional de 1988, ela começou com uma comissão de sistematização, era uma comissão que captava as sugestões, e mais ainda a opinião daqueles que estavam em comissão, apresentavam um projeto que era uma espécie de pré-projeto da Constituição, isso significa que ao longo do processo de redação do anteprojeto já podia participar enviando sugestões e depois de apresentado continua podendo se manifestar. O problema que a gente tem hoje é que temos um estatuto que não gostamos, mas não temos nada ao qual nos manifestarmos, propostas de reforma as quais a gente possa se manifestar especificamente, nós estamos sugerindo temas de reforma, generalidades sobre como gostaríamos que o estatuto fosse elaborado, mas isto de fato tem resultado muito pouca participação, acho que ao invés da gente tomar uma decisão que dificilmente vai ter um impacto no CO, a gente possa sugerir um mecanismo que permita que a gente discuta sobre algo mais concreto e não ideias que são no mínimo vagas e indistintas, eu tenho impressão que temos que nos pronunciar sobre propostas efetivas e não sobre vagas intenções de reforma. Esse que é ponto central não temos sobre o que nos manifestar especificamente e nós precisamos fazer isso, esta Comissão de Consulta deveria propor que o CO, no mínimo, porque acho que é só o que vamos conseguir, que nomeie, escolha uma comissão para elaborar um ante projeto do estatuto, sem isso vamos estar gastando uma enorme energia daqueles que participam, teremos muito pouca participação, aliás, como hoje, é espantoso, na nossa Faculdade que no geral se mobiliza é uma Congregação esvaziada, isto é uma pena, o estatuto da USP é de fato anacrônico, não só ao que se refere a representação, mas como também em outros aspectos, só que nós não temos um documento ao qual nós podemos debruçar. Então eu sugiro que o nosso Presidente da Congregação apresente uma proposta com a produção de um anteprojeto que tenha consistência e possa ser criticado e a partir do qual se faça as discussões, do jeito que

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

está nós não estamos avançando. Talvez isto seja mais efetivo do que escolhermos aqui uma estatuinte, porque nós seguer discutimos qual será a composição desta, como vamos compô-la? O nome estatuinte é um nome que ganha muita simpatia, pedila não é dizer muito, mais ainda, pedir sem definir como ela será terá um impacto reduzido no CO, temos que mudar a forma, o procedimento com que temos conduzido até agora o processo, porque tem se mostrado ineficaz a despeito do esforço, temos que reconhecer, que a Comissão tem desenvolvido para que a comunidade participe.". Com a palavra, a Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli lokói, disse: "Boa tarde a todos, eu tenho várias concordâncias com que fala Brasilio e tenho uma proposta de encaminhamento. Penso que de fato a discussão foi pífia, não houve de fato um encaminhamento dos problemas, das questões, das formas, dos confrontos dentre as várias posições que aqui estavam e fomos para forma. Porém, temos um projeto de estatuto discutido e votado aqui dentro, há pelo menos uns oito anos, todas as comissões, todas as indicações e a ADUSP também tem um projeto de estatuinte formulado que foi votado e revotado, então há o que se considerar para pensar como que devemos encaminhar, penso que o mecanismo que vivemos está indicado por uma ação descontentadora da própria estrutura universitária que já criou há dois anos várias comissões, vários subgrupos, nossa Escola já esteve representada num subgrupo, isto não aparece em cima da mesa de qual é o fundamento e o princípio que foi formulado, sob qual seguramente as comissões vão colocar no conselho para serem votadas. Temos um dilema de várias ordens, não temos um documento recente discutido e votado e não temos um documento que já está pré-pronto nas comissões sob os quais se vai votar, mas lá o que você vai votar? Picuinha, como sempre. Depois você não tem noção do que está acontecendo, tanto é que o estatuto que está em curso ele foi reformado ao longo de todos estes anos, como em cada sessão alterava um pedaço, ninguém sabia mais do que se tratava. Acho que não devíamos fazer um encaminhamento de estatuinte, mas devíamos pegar o conteúdo, sob o qual nós podíamos fazer uma discussão mais substantiva, alguém faz uma relatoria boa, frente a esta proposta discutimos se queremos uma estatuinte nova, soberana ou vamos caminhar no sentido das emendas que podemos constituir, se não nós vamos ficar realmente numa posição de não saber o que vai acontecer. Eu votei na estatuinte por princípio, mas eu mesma sei que se ficar deste jeito não vamos consequir fazer grandes coisas.". Com a palavra, a Profa. Dra. Elisabetta Rita Maria Carmela Santoro,

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

disse: "Boa tarde, bom vejam, todo o período que discutimos esteve em pauta a reestruturação do estatuto, assim como foi chamado, nós realmente constatamos um esvaziamento das discussões e é verdade também que isto pode ser atribuído a diversos fatores, entre eles, talvez, a forma como as discussões foram encaminhadas, em todas as etapas nós aqui nesta Congregação reclamamos da falta de tempo, do fato de que nenhuma das vezes nós conseguimos ter uma discussão um pouquinho mais aprofundada sobre os três complexos grupos que a Reitoria previa, teoricamente a comunidade teria discutido e enviado propostas, significaria que todos deveriam analisar o estatuto para poder fazer propostas, o que aconteceu é que tudo foi muito as pressas. Uma das coisas que dissemos desde o início é que fundamental neste processo reestruturação do estatuto seria a forma como a deliberação seria feita, inclusive isto faz com que haja ou não haja mobilização, se desde o início soubéssemos quem deliberaria, talvez as pessoas tivessem se mobilizado mais. Chegamos ao momento em que semana que vem em que o CO vai deliberar quem vai decidir sobre a reestruturação do estatuto, nós fizemos uma consulta, foi amplamente discutida aqui, a consulta no que diz a minha categoria, dos docentes, foi muito bem sucedida, mais de duzentas votaram e destas cento e trinta e cinco disseram que queriam um colégio estatuinte, e não uma comissão conforme Prof. Brasilio, um grupo de pessoas que se debrucem sobre estas questões, possam estuda-las com profundidade e possam evitar as emendas que a Profa. Zilda faz referência para se fazer de fato um projeto de novo estatuto, só uma estatuinte pode fazer isto. Nós estamos dizendo praticamente a mesma coisa: nós precisamos de um grupo de pessoas que se dedique a reforma do estatuto, não dá para fazer uma reforma de estatuto com diversos grupos mandando diversas listas. Nós temos uma consulta, nós temos um instrumento, devemos pensar nisso com seriedade.". Com a palavra, a Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli lokói, disse: "Eu queria pedir um a parte, porque quando vamos fazer uma reforma de um instrumento legal, como foi na nossa Constituinte de 88, se parte do texto legal para estabelecer a lógica geral e o que se modifica, então o que nós tínhamos que propor é um caminho nesta direção, quando foi na Constituinte nós criamos um escritório dentro do Complexo Nacional liderado pelo Prof. Florestan Fernandes para pensar a reforma inteira da educação brasileira, cada dia chegava documentos de vários lugares, foi um amplo processo em cima da velha Constituição dos militares de crítica e discussão na abertura daquilo com as forças envolvidas. Claro

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162163

164

que aquele momento era das forças envolvidas serem muito poderosas, e hoje nós estamos numa recuada geral conservadora, de qualquer maneira nós que aqui estamos e queremos ver se melhora tínhamos que propor um pouco disto.". Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Antes de passar a palavra, só um esclarecimento, quando a CAECO foi criada a função dela era essa, não tinha a função de produzir uma espinha dorsal do que seria uma possível reforma, na verdade ela é uma escuta, ela tinha que organizar a ideia de que vários segmentos da comunidade uspiana pudesse se manifestar, expressar seu ponto de vista e o trabalho da CAECO era simplesmente de ordenação, tanto o que nós fazíamos praticamente não discutíamos, porque ali não refletia o que a CAECO pensa dos estatutos, checávamos só se todas as propostas da sua diversidade tinham sido contempladas. Se esperava que isto fosse devolvido a uma outra instância, este são os temas agora deem um conteúdo orgânico a isso, nós enquanto comissão não tínhamos este mandato, estes documentos estão no site. Precisamos reafirmar que o representante da Congregação precisa distribuir a pauta, quando eu era representante passava sistematicamente a pauta para todos antes da reunião, vamos ter que retomar esta questão, porque isto aparece na pauta, com todas as propostas e sistematizações que o CAECO fez. O que se discutia no CO era na verdade tentativas de fundamentar ideias que apareciam, estes conselhos convocados após o trabalho de sistematização não tinham caráter deliberativo nenhum, era simplesmente dar ciência ao conselho do que tinha sido recolhido e algumas pessoas argumentarem a favor de uma ou outra proposta, o passo seguinte nunca esteve claro para nós, só quero dizer isto para vocês porque eu em até um momento achei que estaríamos investidos da tarefa de dar um caráter mais orgânico a uma proposta inicial, mas fui advertido que a portaria de nomeação não atribui a nós esta tarefa.". Com a palavra, o Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiolla, disse: "Acho que devíamos distinguir duas coisas que estávamos discutindo, embora estejam vinculadas devemos distingui-las, uma é a reforma do estatuto, as propostas de reforma do estatuto, a segunda é através de que método a mudança do estatuto será realizada, de que órgão ou uma estatuinte. Primeira questão, sobre a questão de proposta de reforma do estatuto nós já temos um acúmulo, independente de que já tenhamos uma discussão esvaziada, já tem todas as propostas imagináveis, tem o documento escrito, tem a proposta da USP muito completa, resultado de um debate realizado com um grupo aberto da USP a partir da proposta do CAECO, propostas existem. Propostas

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

existem também por parte dos estudantes, basta ver as oito chapas que estão concorrendo para o DCE, que tem todo tipo de proposta, não vou dizer que é a proposta completa, mas tem a proposta que vocês queiram. O que estamos discutindo aqui especificamente é de que maneira vamos discutir a questão, ou seja, quem vai decidir, isto não é apenas uma questão de forma, é também de conteúdo, porque dependendo de quem realize a reforma, ele vai ganhar legitimidade ou não, porque grande parte dos conflitos na USP se refere decisivamente a questão legitimidade do poder político interior da USP, não me refiro aqui a figura do Reitor, Diretor, mas da legitimidade institucional, regulamentar, constitucional, das medidas que são adotadas e das maneiras que se resolvem os conflitos no interior da USP, isto que a questão da escolha da forma tem que responder. Tivemos três opções e votamos na estatuinte, o que quer dizer estatuinte? Como vai ser composta? O pronunciamento a favor da estatuinte e do método, não sou tonto, no momento que lança estatuinte sei que vão aparecer quinze propostas diferentes, para começar pela proporção, tem quem proponha manter a proporção "70, 15, 15", há quem proponha a paritária, temos todas as propostas imagináveis de composição da estatuinte, mas este é outro passo de como vai ser construída, o problema é que não podemos deixar de dar o primeiro passo por temos qual seja o segundo passo, a questão da estatuinte se refere exatamente a essa questão, o nome tem um valor em si, pois significa eliminar qualquer dúvida a respeito da legitimidade do poder que está instituído o novo ordenamento institucional para a USP, portanto me parece que a proporção que aqui foi votada é muito significativa, acho que a Congregação deveria defende-la e mandatar seu representante no CO para que assim informe que esta é a decisão da Congregação. A última coisa que quero dizer, para concluir com isto, a questão de definir o método me parece decisiva. Uma proposta de reforma de estatuto está atrasada em relação a este processo, votar a estatuinte me parece o único modo para eliminar qualquer dúvida da legitimidade do poder.". Com a palavra, o Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul, disse: "Em primeiro lugar, gostaria de dizer que faço uma leitura diferente, em 2014 a Faculdade tinha quatrocentos e setenta e quatro professores, alguns se aposentaram, vamos supor que tenhamos quatrocentos e sessenta, duzentos e seis foram voltar, em nenhuma consulta para eleição de Diretor votaram duzentos e seis, nas eleições de representantes da Congregação, única categoria que há uma certa disputa, jamais votou esta quantidade, dentro do corpo docente que é o setor que

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

cumpre a atividade fim e o setor que na Congregação está representado em 90%, o resultado da consulta é representativo e categórico. Negar a existência do outro é a essência dos piores autoritarismos e existem propostas assim, se vocês entrarem no site da CAECO para cada um dos itens há respostas sistematizadas, o que vai acontecer é que o CO vai submeter cada uma destas propostas para votação e vai ser o próprio CO que vai decidir, como todos nós concordamos que isto não seria bom, porque não foi suficientemente discutido pela comunidade, temos que pelo menos fazer uma tentativa de parar este processo e tentar um mais representativo. Vou ler para vocês parte da fundamentação de um dos colegiados da Universidade que já se manifestou a favor de uma estatuinte, da Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Preto: 'O Conselho Universitário tem uma natureza extremamente diversa daquela do Colegiado Estatuinte, o CO não foi escolhido para esta responsabilidade e não deveria ter esta responsabilidade e a sensação de pertencimento do novo estatuto da USP é inteiramente dependente do mecanismo de constituição do corpo responsável pela aprovação'. Esta sensação de pertencimento a que se refere os colegas tem tudo a ver com legitimidade que está falando Coggiola, penso que este problema da legitimidade é fundamental, inclusive se nos preocupa conflitos internos na USP, boa parte dos conflitos se dá pela problemática da legitimidade da estrutura de poder, e uma leitura que acho que é indiscutível desta consulta é que o CO foi repudiado como instância, isto não é casual, tem relação com um histórico recente, com a percepção da crise que a Universidade chegou, com a percepção de omissões gravíssimas, como o caso da EACH, não é casual, hoje encontrei com uma colega no corredor que não sabia o resultado da consulta e me perguntou, após os resultados ela ficou impressionada que ainda tinham pessoas que votaram no CO (doze pessoas), penso que é uma mensagem que não tem como não escutar, existem mensagens que dói, mas a gente tem que saber escutar, temos que parar e refletir um pouco sobre o que está acontecendo. Uma proposta que vou fazer e submeter à votação aqui na Congregação uma proposta de que a Faculdade se pronuncie favorável que a reforma do estatuto seja feita por um colegiado estatuinte, isso quer dizer que no decorrer da sessão do CO contemplando a ideia de que a Faculdade não depositou nenhuma confiança no CO, um modo de dizer que isto assim não dá. Temos um conjunto de propostas em PowerPoint da Reitoria, temos as propostas da ADUSP, sei que tem gente que não gosta, então vota contra, e vários projetos de estatuto que pode se fazer, isto vai

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

significar politizar a discussão, politizar a Universidade por um tempo, acho que a política não é ruim, essa questão de que não há proposta casa muito com a negação da política e não com a negação do outro.". Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Só gostaria de fazer algumas considerações, a discussão está bastante substantiva, talvez tenhamos mais concordâncias do que discordâncias a respeito da legitimidade do poder de promover a reforma dos estatutos, a respeito da ampla mobilização que permita ter um estatuto com uma diversidade de fato. Temos que ter alguns cuidados, não sou nada contra a consulta, não deve ser imperativa, mas é um bom instrumento, eu leria estes dados com mais cuidado, não estou guerendo desgualificar estes dados que chegaram aqui, mas gostaria que nós prestássemos atenção, ainda que seja louvável que quase 45% dos docentes se manifestaram, mas é lamentável o número de alunos participando do processo, quando a maior reivindicação hoje é por maior participação, se nós reclamamos que o CO não é representativo da comunidade USP, este instrumento que nós estamos votando aqui não me garante que expresse a opinião legitima da Faculdade. Outra coisa, se nós reivindicamos que a reforma dos estatutos deve refletir uma ampla participação e mobilização ainda que ela nunca seja total, isto aqui está muito longe, não estou aqui me manifestando a favor de nenhuma das três propostas, estou querendo ouvir o colegiado e interpretar bem, eu como sociólogo tenho uma imensa dificuldade de me apoiar nestas informações para extrair uma vontade coletiva desta faculdade. Eu como dirigente desta instituição fico frustrado quando vejo uma Unidade que reivindica tanto participação, mobilização, participação, ouvir a pluralidade de vozes com estes dados, não só aqui como nas plenárias vem um número muito pequeno de pessoas, há uma crise de participação e acho que precisamos entender de onde revela esta crise de participação, se não nós vamos ficar com esta ideia de que temos uma opinião majoritária e minha pergunta é onde que se sustenta?". Com a palavra, a Profa. Dra. Elisabetta Rita Maria Carmela Santoro, disse: "Primeiro lugar, estava conversando com um colega lá atrás, respeitar a consulta talvez já seja um primeiro passo para que da próxima vez mais gente vote, a sensação de que a gente faz tudo isso e tudo isso não tem efeito nenhum, certamente não contribui para participação, primeiro ponto. Segundo ponto, o que acontece quando a gente vota em eleições? São as pessoas que quiseram se manifestar, que se mobilizaram para dizer o que pensam e a gente vai simplesmente ignorar? Nesse momento vou considerar os votantes, não vou prejudicar quem votou, porque tem muita gente que

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

não votou, não somos sociólogos neste momento.". Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Eu não estou em nenhum momento dizendo que a consulta não foi válida e que não deva ser considerada, só estou questionando a leitura que se faz para justificar a legitimidade, a consulta é sempre legitima, ouvir as pessoas é sempre legítimo, agora este caráter imperativo que quer se dar a esta consulta no meu entender, como analista de dados, tenho muita dificuldade, me desculpe, você pode não votar como socióloga, eu respeito isso.". Com a palavra, a Profa. Dra. Elisabetta Rita Maria Carmela Santoro, disse: "Neste momento é política que estamos fazendo, não sociologia, queremos ter aqui uma decisão política.". Com a palavra, o Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul, disse: "Por outra parte, os colegiados desta Faculdade, inclusive, me desculpe Prof. Sérgio, o colegiado que te elegeu como diretor a representação que tem de estudantes é mais ou menos a que tem aqui, sempre escutei o senhor defender o critério de mérito, isso significa também ser consequente quando a maioria dos docentes se expressou.". Com a palavra, a Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, disse: "Boa tarde a todos e a todas, eu acho Sérgio que esta consulta é sim muito expressiva, neste sentido aqui se revela uma tendência política a ser respeitada, e o que eu entendo, aliás, o pouco que eu entendo de eleições em geral, no mundo, em países que se elege um presidente não pelo voto obrigatório, mas por aqueles que se mobilizam para votar ainda sim se faz legitima, este é um primeiro ponto. Acho que realmente isto aqui expressa qual é a participação dos estudantes e funcionários em todos os órgãos da Universidade, será que numa estrutura realmente desigual como esta, que não respeita nem as leis brasileiras, como a LDB, estudantes e funcionários estivessem mobilizadíssimos para de uma semana para outra expressivamente votar, me desculpa, mas acho ingênuo, se mobilizou quem estava na Congregação, quem a partir de nós foi mobilizado, que basicamente foram nossos próprios colegas, é a partir de uma estatuinte que eu entendo que esta Universidade pode se rever, se não vamos ter mais do mesmo, preciso ter coragem para enfrentar isso, se nós não fizermos isto nossa Faculdade perdeu mesmo sua identidade.". Com a palavra, a Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves, disse: "Dei aula terça-feira à noite numa sala com cento e quarenta alunos no anfiteatro, solicitei, expliquei o processo e sabe qual foi a respostas dos alunos? Votar para que Profa., na prática vocês vão decidir de outra forma, é irrelevante a nossa postura aqui.". Com a palavra, o Prof. Dr. Yuri Tavares Rocha, disse: "Boa tarde a todos, não quero aumentar a polêmica em

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

relação as análises estatísticas, mas eu entendo um pouco que o Prof. Sérgio está dizendo, porque a gente não pode também fazer uma análise justamente sem esta proporcionalidade, que não estamos fazendo as análises dos dados 70-15-15 por exemplo, talvez se fizéssemos esta análise não mudaria o resultado, mas não estamos fazendo esta análise, o voto é um para um, os resultados não expressam numérica proporcional, então quanto vale um voto dos duzentos e sessenta e sete alunos de graduação no seu universo de milhares de alunos que a Faculdade tem, também acho que não é esta questão de votar, discutir o aspecto político traduzido pelo numérico, mas é uma preocupação que a gente como cientista temos que perceber que há um viés dentro desta consulta. Outro ponto que gostaria de lembrar, da utilização ou não do ENEM no ingresso da USP, houve departamentos que expressaram sua opinião terminantemente contrária à consideração do ENEM, e a Congregação foi soberana em discutir, dar sua opinião, sem querer polemizar, mas temos que ponderar estas questões, o que o Prof. Adrián estava dizendo em relação a agregar talvez, se a Congregação chega à discussão e a conclusão de que a estatuinte é a melhor opção para Congregação e Faculdade apoiarem esta opinião acho que podemos agregar esta especificação a mais em relação a composição, conversando com os colegas sobre como se manifestar na consulta foi uma das preocupações, as três são decisões políticas, mas a terceira agrega uma insegurança, como a partir desta decisão tomada a gente poderia agregar alguma adjetivação de como pudesse ser composto este colegiado estatuinte, porque daria segurança mesmo para aqueles que não participaram, temos que fazer uma análise respeitando a presença deste viés nesta consulta, como cientistas de várias áreas não podemos esquecer isto, há uma necessidade de reformar esta estrutura de poder para que esta análise de que os alunos se expressam, mas não são atendidos, não possa existir, isto nos incentiva ainda mais fazer esta reforma, eu não me sentiria bem votar secamente a terceira opção levando em consideração o resultado da consulta, mas sem uma complementação, obrigado.". Com a palavra, o Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiolla, disse: "Nós podemos fazer uma análise assim, de que a mais significativa de todas, apesar de nem todos ficaram sabendo da consulta, aproximadamente 40% dos docentes participaram da consulta, um número significativo. Participaram da consulta cerca de 5% da Faculdade, o que significa que a participação dos docentes foi superior em relação as outras categorias, da parte dos estudantes pouco menos de quinhentos,

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

isto significa aproximadamente 3% dos estudantes, os que menos participaram de fato da consulta foram os estudantes, mas poderia se considerar o seguinte, estão tendo eleições do DCE, vamos ver que percentual vai participar das eleições do DCE, vai ser um percentual muito mais elevado que 3%, o que significa que os estudantes não estão totalmente descrentes, eles participam, mas parecem que suas vozes não são escutadas, estamos falando de uma Faculdade de que é costumeiro desconheçam a autoridade do DCE, que o DCE é ilegítimo e não representa, quando foi feita uma Assembleia Geral não incluía o Diretório, porque não o reconheciam, mas no entanto votam neste, tudo bem, são contradições. Mesmo uma Faculdade distanciada, que não costuma se disciplinar ao DCE, participa muito mais destas eleições, do que uma convocada institucionalmente, qual a conclusão que tiramos disto? Que os estudantes não estão desmobilizados, a conclusão que se tira é que eles não se sentem motivados a participar da instância institucional, devido às características que estas distâncias possuem na prática, acho que esta é a leitura que temos que fazer, não dos números em si mesmos, apenas no sentido de quanto representa em termos percentuais a totalidade dos universos que foram convocados para votar se não de que contexto geral isto se produz, numa situação em que há muitas eleições de diversos tipos desta faculdade. O resultado foi amplamente significativo, esta era a primeira coisa que gostaria de fazer, a segunda, fizeram muitas análises sociológicas, como não sou sociólogo vou partir para política, quais as possibilidades da estatuinte passar no CO são muito baixas, a USP apontou que em seu novo estatuto deve resolver a relação entre o público e o privado, a relação da USP com as fundações que foram objetivo de grande mobilização que obrigou a Reitoria a suspender a criação de novas fundações, 40% do CO ocupa funções de fundações que existem dentro da USP e portanto não poderiam sobre esta questão, há uma enorme disparidade entre aqueles que participam deste órgão, isto nos mostra como se dá esta falta de legitimidade, ilegitimidade esta que não é só constitucional, mostra como os interesses estão representados dentro do CO, este é o sentido de votarmos uma posição aqui na Congregação em favor da estatuinte, isto nos aproxima muito dos estudantes porque nós sabemos o drama que nós vivemos constantemente aqui.". Com a palavra, o Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho, disse: "O que eu queria dizer o Coggiola disse melhor que eu poderia, estamos perdendo tempo demais com isto daqui, está obscurecendo nossa capacidade de pensar realmente, acho lamentável este resultado, não por ele em si,

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393394

395

mas pela frequência dos estudantes sobretudo, mas é isto que somos hoje. Duvido que os estudantes não votem porque não vai adiantar, acho que a grande maioria está totalmente alienada do que acontece na Universidade, se fizéssemos uma consulta se tem que ter restaurante na Universidade vai dar mais ou menos este percentual, não devemos nos iludir, isto demonstra que há um desinteresse por boa parte da comunidade, fico agradavelmente surpreso com 40% dos professores, portanto acho este um dado significativo não acho que isto deve nos mover na hora de pensar estas questões. Como o Prof. Coggiola disse é uma questão de legitimidade, porque consideramos um meio mais legítimo dentro da Universidade, acho que seria uma proposta interessante, porque passa uma mensagem política como bem disse, não aguentamos mais o arcaísmo da estrutura da USP, Federais em modo geral já votaram percentuais para votação para Reitor, adotaram sem nenhuma dificuldade e a USP está na contramão destas questões, mas uma mensagem política importante que se defenda esta posição, e acho que devemos seguir a LDB, critério adotado por várias Federais, temos uma certa resistência, posso estar enganado, de propor estatuinte porque estamos muito escaldados, associamos imediatamente estatuinte com o que vem acontecendo nos últimos anos aqui, mas isto não é bom para nós, pois perdemos a clareza da questão, se tiver uma estatuinte na USP vai detonar todo um processo, como nos últimos anos vem acontecendo, temos medo de defender a estatuinte por conta disto, posso estar enganado. A proposta do CO é mais do mesmo, já sabemos no que vai dar, pouquíssimos apoiam isto, acho a Assembleia uma possibilidade, até desconfio que na prática pode dar isto, acredito que a estatuinte não vai ganhar, mas ganhar não é o mais importante, sim que manifestemos nosso descontentamento, a USP é a Universidade mais atrasada do Brasil em comparação com as outras Universidades públicas em relação a esta matéria.". Com a palavra, o Prof. Dr. Brasilio João Sallum Junior, disse: "Bom eu me sinto contemplado com as propostas, só queria pelo que percebo dar uma espécie de consenso que devemos nos dedicar a estatuinte, pelo menos todas as pessoas se manifestaram desta maneira, temos que tocar em um outro ponto importante a forma como decisões são tomadas na USP, não é só que há um número muito pequeno de estudantes e funcionários representados no órgão máximo da Universidade, a forma de representação do pessoal docente é extraordinariamente desigual, uma Faculdade que tem quatrocentos e tantos professores tem a mesma representação de que um Instituto, cujo o número de

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

docentes é menor do que meu Departamento e há unidades menores ainda, então temos uma espécie de Senado brasileiro em dobro, porque são dois representantes por Unidade, tenho impressão que o tamanho das Congregações tem que ser em conta para que possamos eleger, já que pretendemos um novo tipo de colégio, temos que pensar nisto para ter um tipo de representação docente mais equitativa, não dá pelo nosso tamanho sermos representados, embora muito bem representados, por um professor que nos dirige, Prof. Sérgio Adorno, e outro que representa a Congregação, é muito pouco relativamente a unidades que não tem sequer alunos, acho que lutar por qualquer tipo de alteração da forma do colegiado, devemos incluir isto também, isto não pode só afetar apenas o congresso que vai resolver o novo estatuto, mas as formas usuais de decisão do Legislativo na USP que são absolutamente pouco equitativas em relação a distribuição dos docentes na Universidade.". Com a palavra, a Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli lokói, disse: "Queria agregar o que foi dito, primeiro pediria que nossa representação fizesse uma ênfase mesmo no porque queremos uma estatuinte para politizar, porque só chegar lá e falar ganhou a estatuinte e acabou não vai politizar nada, é necessário um argumento forte, de que somos republicanos, o conselho precisa ser alterado e que nós temos o dever de fazer uma mudança no sistema de representação, seguindo o minimum minimorum. A segunda coisa que me parece é que estou tentando ver se a Congregação agregue meu pedido de que houvesse de fato uma ampla distribuição das propostas que a CAECO recebeu para que os colegiados pudessem opinar em cima apareceu que tivéssemos uma instância de que todos recebam o documento do CAECO para vermos se apoiamos determinadas posições ou se temos que apresentar uma proposta nova que, se não também não adianta. A forma de constituir, quem será membro deste colegiado para estatuinte tem que respeitar no mínimo a legislação, porque se deixar para o CO esquece, vai ficar pior do que já é, visto que teve um avanço conservador imenso.". Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Só um esclarecimento, todos os documentos do CAECO estão no site que posso transmitir o link a todos ou posso mandar os documentos, sem problema nenhum, prioritariamente para os membros da Congregação, mas vou por um comunicado e distribuir para a comunidade dos alunos, funcionários e docentes.". A proposta de que a Congregação da FFLCH considerando a necessidade de favorecer um processo de reestruturação estatutária cuja legitimidade seja amplamente reconhecida, manifesta-se a favor de que essa

430

431 432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

reestruturação seja deliberada por um colegiado estatuinte específico. A Congregação propõe, ainda, que a composição do colegiado contemple: a) uma representação de docentes, funcionários e discentes que evite a sub-representação desses dois últimos setores, garantindo para eles, no mínimo, a proporção que estabelece, para a proporção que estabelece, para a composição dos colegiados, a Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional; b) uma representação das Unidades de ensino e pesquisa proporcional ao tamanho das respectivas Congregações. Com a palavra, a Sra. Giovanna Mara Mendonça Usai, disse: "Sobre o encaminhamento acho meio complicado tentar definir o que seria este colegiado estatuinte, porque isto não foi discutido nem com os alunos, nem com os funcionários, então delimitar como será esta estatuinte deveria ser feito para isto uma nova consulta, no meu entendimento. Dizer agora, que minimamente, pegando o que o Adrián diz, deveria seguir a LDB. A questão é a seguinte falar sobre o colegiado estatuinte sem maiores definições, porque é o que na consulta obteve e propôs, que seria um segundo passo. A minha proposta é a seguinte, que saia tal qual o documento que o Adrián colocou de como poderia ser, mas que deixe em aberto para discutir posteriormente.". Com a palavra, o Senhor Presidente disse: "Pelo que estou entendendo temos duas posições aqui, uma é a posição que foi cumulada pelo professor Adrián e a outra é a que a Giovanna está representando.". Com a palavra, a Sra. Giovanna Mara Mendonça Usai, disse: "Não, o que eu estou falando é que só não seja minimamente definido LDB, mas proporcionalidade, o que foi feito no documento.". Com a palavra, a Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli lokói, disse: "Estou encaminhando que nós votemos uma proposta contra a outra.". Com a palavra, a Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, disse: "Posso tentar dar um esclarecimento, eu entendo que quando se diz que no mínimo a LDB sirva de base, o que está se dizendo é no máximo os professores terão 70% de presença, e no mínimo os funcionários 15% e os estudantes 15%, é isto que diz a LDB, tanto que é dai para frente que se espera outras proporcionalidades, nem isto nós temos hoje. Então, dizer que se espera o respeito da LDB já é de uma mudança, é um grande avanço, não se tem nada disso, o que esperamos é que isto sirva de ponto de partida, é o que o Prof. Coggiola falou, provavelmente isto tudo vai ser derrotado, se pelo menos nós evocarmos a LDB nós estaremos dizendo que a USP seguer respeita a lei mínima do país, você percebe a força política disto?.". Com a palavra, a Sra. Giovanna Mara Mendonça Usai, disse: "Profa. poderíamos ser progressistas e dizer

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492 493

494

que defendemos a proporcionalidade.". Com a palavra, a Profa. Dra. Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, disse: "Você entende que para um CO que é totalmente retrógrado o mínimo de progressividade é dizer: respeite as leis do país e se eles disserem não assinam embaixo que são totalmente retrógrados.". PROPOSTA A SER VOTADA: A Congregação da FFLCH considerando a necessidade de favorecer um processo de reestruturação estatutária cuja legitimidade seja amplamente reconhecida, manifestase a favor de que essa reestruturação seja deliberada por um colegiado estatuinte específico. A Congregação propõe, ainda, que a composição do colegiado contemple: A) Uma representação de docentes, funcionários e discentes que evite a subrepresentação desses dois últimos setores, garantindo para eles, no mínimo, a proporção que estabelece, para a composição dos colegiados, a Lei de Diretrizes e bases para a educação nacional; B) Uma representação das Unidades de ensino e pesquisa proporcional ao tamanho das respectivas congregações. Após a votação a proposta foi APROVADA, com dois votos contrários. Com a palavra, a Sra. Giovanna Mara Mendonça Usai, disse: "Só gostaria de fazer a declaração do voto contrário, porque não é que sejamos contra o colegiado estatuinte, mas que minimamente seja representado, entendemos o poder de dizer que não respeita nem a LDB, mas que também seja fiel as diversidades de ponto de vista que a comunidade possui.". Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Senhor Presidente encerrou a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que assino juntamente com o Senhor Presidente. São Paulo, 09 de abril de 2015.

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516